



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES – CH  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE  
GEOGRAFIA E ANÁLISE REGIONAL

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO BAIRRO DINAMÉRICA,  
CAMPINA GRANDE – PB, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO IFPB**

**JOSÉ EMÍDIO DE ARAÚJO MAGALHÃES JÚNIOR**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2017**

**JOSÉ EMÍDIO DE ARAÚJO MAGALHÃES JÚNIOR**

**AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO BAIRRO DINAMÉRICA, CAMPINA  
GRANDE – PB, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO IFPB**

Artigo apresentado ao Curso de especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento as exigências para obtenção do título de especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia.

**ORIENTADOR: PROF. DR. LINCOLN DA SILVA DINIZ**

**CAMPINA GRANDE- PB 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- M188t Magalhães Júnior, José Emídio de Araújo.  
As transformações espaciais no Bairro Dinamérica, Campina Grande - PB, a partir da implantação do Campus do IFPB / José Emídio de Araújo Magalhães Júnior. – Campina Grande, 2018.  
32 f. : il. color.
- Artigo (Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.  
"Orientação : Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz".  
Referências.
1. Transformações Espaciais - Campina Grande - PB. 2. Campus IFPB. 3. Bairro Dinamérica - Campina Grande - PB. I. Diniz, Lincoln da Silva. II. Título.

CDU 911.7 (813.3)(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE  
GEOGRAFIA

AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO BAIRRO DINAMÉRICA,  
CAMPINA GRANDE – PB, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO  
IFPB

JOSÉ EMÍDIO DE ARAÚJO MAGALHÃES JÚNIOR

Aprovada em: 21 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz  
Orientador – UAG/CH/UFCG

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo  
Examinador Interno

Prof. Ms. Noaldo José Aires Tavares  
Examinador Externo

MAGALHÃES JÚNIOR, José Emídio de Araújo. **AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO BAIRRO DINAMÉRICA, CAMPINA GRANDE – PB, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO IFPB**, 31 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

#### RESUMO:

A instalação de instituições como os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia em cidades de médio e pequeno porte, demonstram dinamismo econômico, social e cultural. No caso de Campina Grande - PB, a cidade recebeu no ano de 2006 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), que passou a impulsionar o bairro Dinamérica onde o mesmo está instalado, dinamizando a economia e a infraestrutura local. Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar as transformações socioespaciais no bairro acima citado, na cidade de Campina Grande – PB, a partir da implantação do campus do IFPB. É demasiado importante conhecer a relação deste campus com o desenvolvimento da cidade e principalmente do bairro, bem como sua relação com a urbanização no entorno do campus. Busca-se também perceber quais mudanças foram sentidas em relação à valorização imobiliária, estrutural e comercial no bairro Dinamérica. É notório que a área no entorno do campus mudou recebeu uma infraestrutura parcial em comparação a época anterior a implantação do IFPB. Sendo assim, é perceptível que ocorreu transformações no bairro em questão.

**Palavras-Chave:** Campina Grande; Campus IFPB; Transformações socioespaciais.

#### ABSTRACT:

The establishment of institutions such as the Federal Institutes of Science and Technology Education in medium and small cities demonstrate economic, social and cultural dynamism. In the case of Campina Grande, in 2006 the city received the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFPB), which started to promote the Dinamérica neighborhood where it is installed, boosting the economy and the local infrastructure. Thus, the main objective of this work is to analyze the social and spatial transformations in the above mentioned neighborhood, in the city of Campina Grande - PB, from the implantation of the IFPB campus. It is too important to know the relationship of this campus with the development of the city and especially the neighborhood, as well as its relationship with the urbanization around the campus. It also seeks to understand what changes have been felt in relation to real estate, structural and commercial valuation in the Dinamérica neighborhood. It is noticeable that the area around the campus changed received a partial infrastructure compared to the time before the implementation of the IFPB. Thus, it is noticeable that transformations occurred in the neighborhood in question.

**Keywords:** Campina Grande; Campus IFPB; Socio-spatial transformations.

## AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO BAIRRO DINAMÉRICA, CAMPINA GRANDE – PB, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DO IFPB.

### 1. Introdução

O processo de interiorização de investimentos para as cidades de médio e pequeno porte no Brasil é uma realidade consolidada nas últimas décadas. Estes investimentos dinamizam as cidades, causando transformações em seus espaços urbanos.

Há vários tipos de agentes que proporcionam a modificação do espaço urbano nos municípios a exemplo do comércio, a indústria e o próprio Estado. Um exemplo de ação do Estado é a implantação de instituições de ensino como universidades e escolas técnicas, que transformam o espaço geográfico onde estão inseridos, em vários aspectos, como a cultura, educação, inserção de novas tecnologias etc.

Todavia, o acesso a um sistema de ensino de qualidade no Brasil, como é o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nem sempre existiram de maneira democrática, acessível à população de modo geral. O Institutos Federais, passaram a ser uma política de Estado consolidada a partir da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, abrindo o processo de expansão e democratização dos Institutos Federais de Educação.

Diante do contexto explicitado, cidades médias como é o caso de Campina Grande – PB, localizada sobre a mesorregião do Agreste da Paraíba, passou a receber modificações significativas em seu espaço urbano através da implantação do campus do IFPB. Tais modificações foram sentidas no bairro o qual o Campus foi inserido, o bairro Dinamérica. Estas alterações causadas pela chegada o IFPB foram diversas, a exemplo dos fatores econômicos, sociais e culturais, dinamizando o desenvolvimento do bairro em questão. Além disso, o IFPB exerce influência no contexto da educação não só em Campina Grande, mas em municípios vizinhos, pois, todos os dias, jovens de diferentes cidades, buscam sua qualificação profissional no IFPB de Campina Grande.

Logo, o estudo aqui apresentado, tem por objetivo principal analisar as transformações socioespaciais no bairro Dinamérica, localizado na zona Oeste da Cidade de Campina Grande – PB.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se o método dialético, levando em consideração as transformações socioespaciais no bairro Dinâmica. Buscou-se compreender a realidade a partir da confrontação de idéias, hipóteses e teses.

Para fins de realização da pesquisa, foi realizado um levantamento e uma revisão bibliográfica em relação ao ensino técnico no Brasil, leis federais acerca do ensino técnico, bem como a historiografia regional da expansão das instituições federais de ensino técnico, no caso os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Durante a pesquisa, realizou-se entrevistas semiestruturadas com estudantes e um professor do IFPB e documentação iconográfica.

## 2. EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Observando a história do Brasil, é perceptível que a educação profissionalizante não era uma política de Estado até o século XIX, não ocorrendo propostas desta natureza, observando-se uma educação do tipo propedêutica, ou seja, aquela que busca introduzir conhecimentos mínimos acerca das ciências e das artes, buscando dar suporte para um posterior aprofundamento em alguma área de conhecimento. (MENEZES, 2001). A educação profissional no Brasil começa de fato, de forma mínima, a partir da chegada a família real ao Brasil que, em 1809, Dom João VI, cria o Colégio das Fábricas, sendo este o marco inicial do ensino profissionalizante. (PARECERCEB/CNE, 1999).

Durante o século XIX, instituições privadas começaram a surgir com intuito de acolher crianças mais pobres e sem famílias, com claro objetivo de ensinar a ler e escrever, além de conhecimentos acerca da tipografia, tornearia, carpintaria, etc. Crianças muito pobres ou órfãs em situação de mendicância seria o foco desse projeto inicial de educação profissional no Brasil. Segundo Manfredi, *apud* Maciel,

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária [...] e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2002, p. 76-77 *apud* MACIEL, 2005, p. 31).

Logo, é perceptível que a educação profissional no Brasil nasce objetivando a filantropia, amparando os jovens carentes. No século XIX, temos a criação de importantes escolas, como Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), Recife (1880), Maceió (1884), dentre outras. No século XX, ocorre uma grande preocupação para preparar mão-de-obra para uma tímida indústria. Desta forma, o Estado assume o papel de fomentador para educação profissional. Para Kuenzer (2007), o Estado brasileiro passa a ser o mantenedor da educação profissional com 19 escolas de diferentes ofícios a partir de 1909, espalhados por várias unidades da federação.

Tais escolas precedem a criação das escolas de ensino técnico. Neste período, ainda segundo Kuenzer (2007), as escolas serviam ao mesmo papel supracitado acima, faziam parte de uma política pública moralizadora de formação para pobres e órfãos. Dentro da política de ampliação da oferta de mão-de-obra, o ensino profissional ficou a cargo dos Ministérios da Agricultura, Comércio e Indústria, buscando alicerçar a política e consolidar as políticas públicas de profissionalização.

Durante a década de 1930, a educação foi reestruturada de maneira a atender os interesses da elite, tomando uma forma dupla, ou seja, os filhos dos mais ricos e os mais pobres tinham caminhos educacionais diferentes. Esta divisão passou a correr desde o ensino primário. Segundo Kuenzer (1997), existia um curso primário, com duração de quatro anos, com o objetivo de inserir jovens ricos para os cursos superiores. Concomitantemente, ocorriam cursos rurais e/ou profissionais para jovens desfavorecidos socialmente. Ainda segundo Kuenzer (1997), após o curso primário, com seis anos de duração, viria o curso ginásial, que antecedia o curso técnico profissional, seja rural ou comercial, para os jovens pobres.

A formação profissional neste período caracterizava-se pelas atividades voltadas para os setores secundário e terciário, não tendo ligação com acesso ao ensino superior. Em tal período, as elites dominantes, após ensino primário e um ensino secundário, geralmente, rumavam ao ensino superior. Segundo Kuenzer (2007, p. 27):

[...] a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismofordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro.



Partindo dos pressupostos citados acima, as escolas e a educação de modo geral tinham funções claras e diferenciais quanto aos seus objetivos. Uma escola buscava uma educação intelectual, que fornecesse bases para o ensino superior, que era o espaço das elites dominantes. Já a outra escola, voltava-se a formação da massa de trabalhadores, ensinando o aprendiz a realizar trabalhos repetitivos, desprezando qualquer outra habilidade intelectual. Na década de 1930, o país passa por um processo de fortalecimento de sua industrialização, fomentado pelo processo de substituição de importações no governo Getúlio Vargas, trazendo consigo uma pressão para um posicionamento por partes do governo e suas políticas públicas voltadas à educação nacional. Este fato acentuou ainda mais a dualidade entre a formação superior para os mais abastados e educação profissionalizante, corroborando com a ampliação do número de escolas com cursos dos mais diversos ramos profissionais. Neste período, a constituição de 1937, na ditadura Vargas, passou a citar pela primeira vez, a definição de educação de escolas vocacionais e pré-vocacionais, como está posto no artigo 129:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937, Art. 129)

Como é perceptível, as instituições de ensino voltavam-se para a preparação de jovens carentes, bem como filhos de operários, com a colaboração das indústrias, principais interessadas nesta mão-de-obra.

No momento histórico da década de 1930, o crescente processo de industrialização que ocorria no Brasil, resultante da política de substituição de importações, estimulou uma demanda cada vez maior de profissionais especializados. Esse fenômeno foi intensificado pelo desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, que fez com que países desenvolvidos como Estados Unidos e Europa estivessem com suas indústrias ocupadas na produção de materiais bélicos, abrindo espaço para países subdesenvolvidos como o Brasil alavancar a sua indústria, substituindo as importações.

Neste dado momento, surge no Brasil a burguesia industrial, sobrepondo os oligarcas do café, afetados pela crise do capitalismo de 1929.

Em 1942, surge no Brasil a reforma de Capanema, que passou a dar ênfase à educação profissional com características específicas para cada setor da economia nacional. Neste período, surge também o ensino médio, ou neste caso, o antigo científico, 2º grau, com os três anos de duração, com claro objetivo de preparar alunos para ingressar no nível superior. Este curso científico de três anos, também era voltado ao ensino profissionalizante, a exemplo das escolas normais, cursos técnicos para o comércio, indústria e agrícola.

Corroborando com a necessidade de mão-de-obra da crescente indústria, surge em 1942, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e em 1946, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), ambos de iniciativa privada, mas amparados pelo poder público, pautados no modelo de divisão do trabalho taylorista e/ou fordista.

Pela primeira vez, ao longo de muito tempo de discussões acerca do tema, surge a primeira LDB, instituída em 1961, sob número 4.024/1961, com alterações importantes em relação às leis anteriores, em relação à educação profissional, mas ainda com as características duplas já citada acima. Uma educação propedêutica para jovens mais abastados, e os cursos técnicos para os mais pobres. Segundo Kuenzer (2007), durante este período, o crescente desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, produziu uma necessidade de se produzir novos saberes. Neste contexto, pela primeira vez, a legislação identifica a inserção do ensino profissionalizante dentro do sistema regular de ensino, relativizando os cursos de natureza profissional e o ensino propedêutico, objetivando o prosseguimento dos estudos em nível superior.

A partir da década de 1970, no contexto da Ditadura Militar no Brasil, a necessidade da ampliação da mão-de-obra especializada aumenta substancialmente. A primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação, trouxe transformações acerca do ensino profissional. Ficou claro na intenção dos legisladores que essa nova Lei deu grande importância ao ensino profissional, pois a mesma passou a priorizar o ensino médio profissionalizante, com possibilidade do aluno continuar seus estudos em nível superior. Para Machado, (1982), a LDB em vigência, passou a dar equivalência entre os cursos profissionalizantes e superiores (acadêmicos), porém, ainda imperava o contexto cultural, onde o ensino propedêutico era ainda o mais buscado pelos jovens.

Essa nova dinâmica na educação profissional, refletia uma mudança estrutural no sistema produtivo brasileiro. Neste momento, ocorreu a sinalização do fim do modelo insituído na era Vargas, o modelo de substituição de importações. O Brasil passou a se inserir na economia mundial, sendo alvo das empresas multinacionais que estavam em busca de mão-de-obra barata, incentivos fiscais e, principalmente, Mercado consumidor, por, estas empresas precisavam de mão-de-obra especializada, capaz de atender a crescente demanda por profissionais qualificados.

A ditadura buscou atender a demanda das empresas para educação profissionalizante, buscando criar novas escolas técnicas federais e aparelhá-las com grandes investimentos financeiros e desenvolvimento técnico.

No ano de 1968, o Estado ditador buscou regulamentar a profissão do técnico em indústria, regulado pelo Programa de Expansão do Ensino Médio (PREMEM), através de decretos presidenciais, com claro objetivo de atender a demanda da nova indústria.

A LDB de 5692/71, passou a buscar a adequação da educação aos interesses do capital, ou seja, a reforma do ensino em questão buscava integrar a educação ao mercado de trabalho. Porém, tais objetivos podem não ser de imediato alcançados ou até mesmo, o efeito ser totalmente diferente. Uma característica comum na ditadura é que ocorreram imposições de cima para baixo acerca da educação, justamente para tentar criar o modelo único de educação, passando por cima dos fatores locais.

Essa mesma lei modificou a estrutura do ensino básico, passando a existir o 1º e 2º graus, com claro objetivo de conter a crescente demanda por alunos que quisessem entrar no ensino superior, criando a profissionalização técnica dentro do contexto do 2º grau, hoje ensino médio, intencionando construir uma rede de escolas profissionalizantes, onde contemplasse os mais pobres. Desta forma, os cursos técnicos industriais deixaram de ser paralelos e foram atrelados à escola, para que os alunos, ao final do 2º grau, passassem a sair qualificados para o mercado de trabalho. Apesar de a lei tentar contemplar a educação com formação técnica para os jovens mais pobres, este modelo de ensino fracassou, pois a educação básica unida ao ensino profissionalizante de caráter universal, demandava altíssimos investimentos, o que era um problema, pois, segundo o governo, não havia recursos necessários para construir e manter escolas equipadas para tal fim.

Na década de 1980, próximo do fim da ditadura militar, ocorreu uma enorme deterioração na qualidade do ensino, no qual o Estado investia poucos recursos em

algumas escolas profissionalizantes pelo país, mostrando uma educação frágil, autoritária, com controle sobre as questões políticas e ideológicas, sem preocupação com qualidade do ensino público.

### 3. A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A SUA POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são uma releitura do que sempre o Estado brasileiro tentou promover através de todas as instituições de ensino profissionalizante que vieram antes, buscar o desenvolvimento do país, porém, neste caso, buscando o desenvolvimento regional e local em diversas áreas do Brasil. Em suma, os IFs, buscam levar o conhecimento sobre inovação e tecnologia para os brasileiros em todas as regiões do território nacional.

Podemos constatar na lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a criação dos Institutos Federais:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008)

Como já foi dito, os Institutos Federais tem claro objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico nas escalas local e regional, reduzindo as desigualdades sociais. Para Bacelar (2000), para promover o desenvolvimento regional, é necessário à redução das desigualdades para toda a população, das diferentes partes do país, com diferentes oportunidades de emprego, a partir do qual o desenvolvimento regional garanta a subsistência para todos.

Corroborando com as ideias acima, a real intenção da criação dos Institutos Federais é a manutenção do estado de bem estar, garantindo à renda e oportunidades as pessoas, em especial aquelas de menor poder aquisitivo. Para tal, é necessário que os institutos federais estreitem suas relações com a comunidade o qual está inserido, para que passe a fazer parte da vida das pessoas e promova o desenvolvimento.

Essa questão desenvolvimentista relacionado aos Institutos Federais está dentre os objetivos do Ministério da Educação (MEC). São os objetivos: expandir e interiorizar os institutos, formar profissionais qualificados, estimular o desenvolvimento da região o qual está inserido, reduzir a miséria e as discrepâncias regionais.

Diante do exposto, Diniz e Croco, destacam o seguinte:

A teoria do desenvolvimento regional e urbano permite-nos identificar um conjunto de caminhos para a promoção do desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e para uma melhor estruturação e reordenação do território brasileiro. Nesse sentido, as políticas deveriam partir da concepção de que o urbano estrutura o espaço. Dessa forma, e, portanto, a intencionalidade da estrutura urbana que se quer construir deveria guiar as demais políticas. Entre as políticas e caminhos para uma nova política de desenvolvimento regional do Brasil a literatura teórica nos permite identificar como básicas: reforço da capacidade de investimento; criação de sistemas locais de pesquisa e inovação; melhoria do sistema educacional; melhoria da infraestrutura de transporte e telecomunicações; reorientação do sistema de subsídios e incentivos. Torna-se, assim, fundamental a institucionalização das instâncias de coordenação e governança de forma multiescalar, com destaque para a gestão metropolitana e para as mesorregiões. (DINIZ e CROCO, 2006, p.29)

Observando o que está posto das palavras acima, é perceptível que o desenvolvimento dos institutos federais, busca promover a criação de estruturas que corroborem com o desenvolvimento local e regional, desta forma, cria-se sistemas de pesquisa e inovação tecnológica, promovendo a formação de novos profissionais que possam desenvolver a região de abrangência da instituição em questão, ou seja, a implantação do (IF), tem, além do caráter formativo, também o fator social, como elemento imprescindível ao desenvolvimento e ao estado de bem estar social.

O MEC, no que diz respeito à expansão dos IFs, estabelece três critérios: Social, geográfico e desenvolvimento. No aspecto social, é destacada a universalização do atendimento de acordo com o programa Territórios da Cidadania, programa ligado ao governo federal, com objetivo de universalizar programas ligados à cidadania e o desenvolvimento da economia. Outro critério do MEC é a prioridade da expansão dos

IFs em município populosos e com PIB per capita considerado baixo, com mais de 80 mil habitantes.

No que tange ao fator geográfico, os municípios com mais de 50 mil habitantes ou que estejam em microrregiões que ainda não tenham sido atendidas pelo programa de expansão dos IFs.

Levando em consideração os fatores destacados acima, podemos observar que a expansão dos institutos federais é promover o desenvolvimento do país de maneira mais equitativa.

É possível perceber a expansão dos Institutos Federais a partir da figura retirada do site do MEC (Figura 1, 2 e 3)



Figura 1 – Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia - Fonte: portal do MEC

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica -  
Em unidades

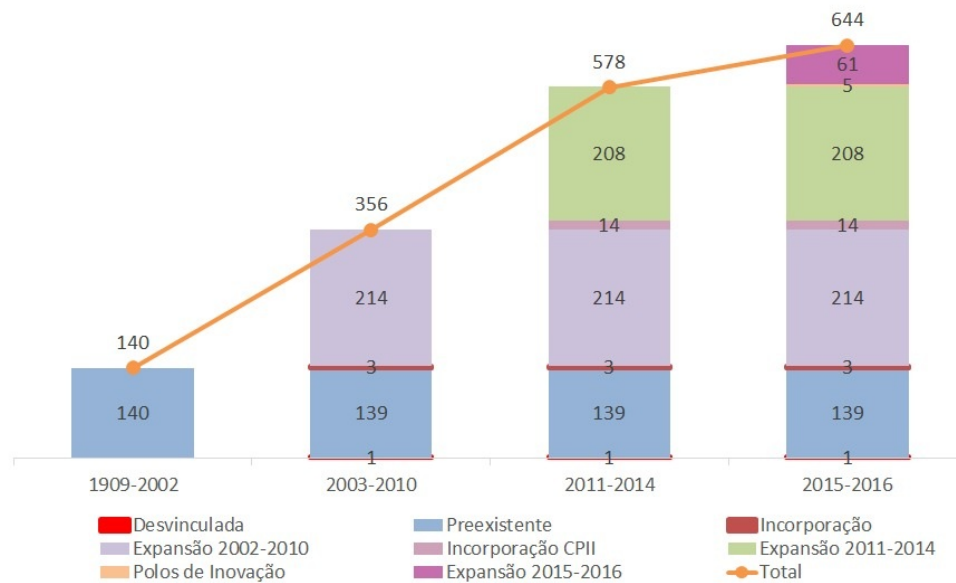


Figura 2 – Fonte: portal do MEC

Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

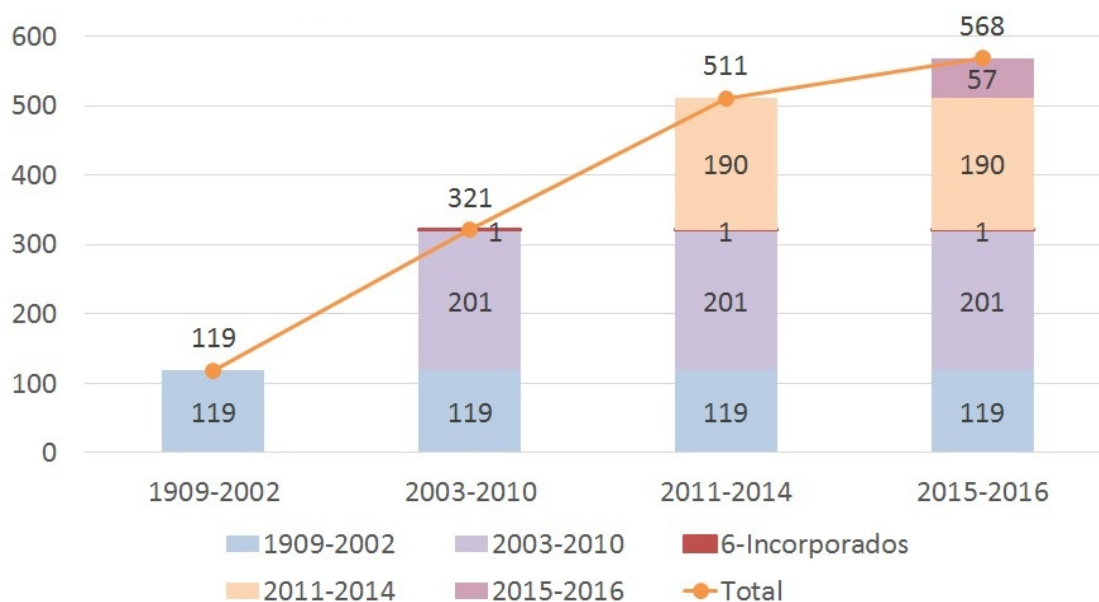


Figura 3 – Fonte: portal do MEC

Com base nos dados expostos acima, constata-se grandes transformações no setor educacional técnico no Brasil em anos recentes. Esta expansão se configura no

espaço nacional de forma abrangente e numerosa, compreendendo uma grande diversidade de municípios em todo o território nacional, sendo esta uma política pública de Estado consolidada, a expansão dos institutos federais. Esta expansão trouxe benefícios não apenas do ponto de vista dos aspectos citados acima, como a questão da formação profissional, bem como a geração de oportunidades de trabalhos.

#### 4. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA E SUA EXPANSÃO

O IFPB surgiu a partir da Escola Técnica Federal da Paraíba, conhecida anteriormente como Escola Técnica industrial, que também é uma derivação do antigo Liceu Industrial e, este, derivado da Escola de Aprendizes Artífices, sendo este último, parte de um grupo de 19 instituições criadas no início do século XX pelo governo do presidente Nilo Peçanha. Estas tinham por finalidade ofertar um ensino profissional que atendesse de maneira gratuita jovens de baixa renda impossibilitados de pagar por qualquer curso (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2015 - 2019).

Em seu início, a Escola de Aprendizes Artífices (EAA), promulgada pelo presidente Nilo Peçanha, através Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, atendia a uma demanda de ensino de acordo com a técnica existente na época, ou seja, os cursos oferecidos estavam ligados à serralharia, carpintaria, alfaiataria entre outros, sendo todos estes cursos estudados de forma atrelada ao ensino primário. A EAA funcionava na capital paraibana.

No auge da Ditadura Vargas, em 1937, a Escola de Aprendizes Artífices é convertida em Liceu Industrial, acompanhada de várias mudanças como a introdução de várias novas profissões ligadas à indústria e também o ensino propedêutico, que foi além do ensino primário. Estas transformações ocorreram graças a Lei n. 378/37, pioneira no quesito ensino técnico e profissional ligado a indústria.

Na década de 1960, surge a ETF-PB, Escola Técnica federal da Paraíba, localizada em João Pessoa, oferecendo cursos técnicos em construção de máquinas, pontes e estradas, a nível de 2º grau, acompanhando a tendência e a necessidade de mão-de-obra melhor qualificada na crescente modernização do país. Em 1964, os tradicionais cursos como alfaiataria e trabalhos em couro foram substituídos por cursos de



eletricidade, por exemplo, algo moderno para época e necessário a crescente demanda industrial (op. cit.).

A LDB n. 4.024/61, trouxe uma importante medida em relação ao ensino no país, equiparou ensino nas escolas técnicas ao ensino propedêutico do 2º grau, ou seja, ambos davam possibilidade do aluno ingressar no nível superior.

Em 1963, a cidade de Sousa-PB é contemplada com a Escola de Economia Doméstica Rural de Sousa, que passou a ministrar cursos técnicos, a exemplo do Curso de Economia Doméstica, equivalente ao 2º grau, hoje, nível médio.

Ao final da década de 1970, com a lei n. 6.545/78, as Escolas Técnicas Federais a exemplo das de Minas Gerais e Rio de Janeiro, passam a se chamar Centro de Educação Tecnológica (CEFETs). Tal mudança corrobora com um papel fundamental na formação técnica do país. Os CEFETs passam a formar engenheiros e técnicos (tecnólogos). Na Paraíba, a Escola de Economia Doméstica de Sousa passa a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa).

A década de 1980, também trouxe mudanças no cenário das escolas técnicas federais. Uma novidade foi à oferta de cursos técnicos subsequentes, aqueles voltados pessoas que já tivessem terminado o ensino médio, neste caso, 2º grau. Surge também, a implantação dos primeiros cursos técnicos na modalidade EAD (educação à distância), oferecidos pela Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB)

Em 1994, através da Lei nº 8.948, inicia o processo gradativo de instituir no país o Sistema Nacional de Educação. A partir daí, a ETF-PB passa a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), nome mantido até 2008. A expansão dos CEFETs permitiu uma intensa interiorização destas escolas em todo o território nacional, trazendo consigo a educação superior e tecnológica (nível médio ou subsequente), abrangendo uma grande diversidade de cursos.

No ano de 2008 a Lei nº 11.892, cria a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, alterando os CEFETs de Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel para os agora denominados de IFPB. Atualmente, o IFPB abrange os seguintes campos: Areia, Cabedelo, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa, Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa. (Figura 4).

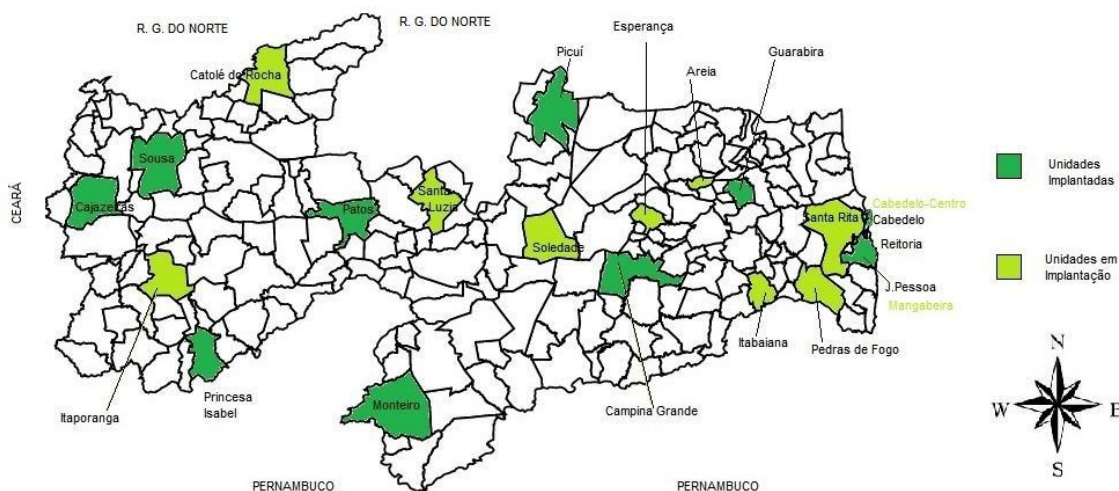


Figura 4 – Área de Abrangência do Instituto na Paraíba

Fonte: <http://www.ifpb.edu.br/campus>

Na figura 4, é perceptível e tentativa de equidade na distribuição dos campi do IFPB no estado da Paraíba, seguindo exatamente os critérios Social, geográfico e desenvolvimento estabelecidos pelas políticas de expansão dos institutos federais, contemplando as quatro mesorregiões do estado. Nota-se que ainda há unidades que estão em fase de implantação em municípios de todas as mesorregiões do estado, algo que trará grandes benefícios para a população destes municípios.

## 5. O IFPB EM CAMPINA GRANDE: IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA E DESAFIOS

### 5.1. Contextualizando a cidade de Campina Grande no tempo e espaço

Campina Grande encontra-se encravada em área privilegiada no estado da Paraíba, entreposto comercial entre Sertão e Litoral, Cariri e Brejo (Figura 1). Em seus mais de 300 anos de história a cidade a cidade passou de uma “mera” vila a um dos municípios mais importantes do interior do Nordeste brasileiro, ocupando um papel de referência nas atividades comerciais, educacionais, serviços de saúde etc. (Figura 5)

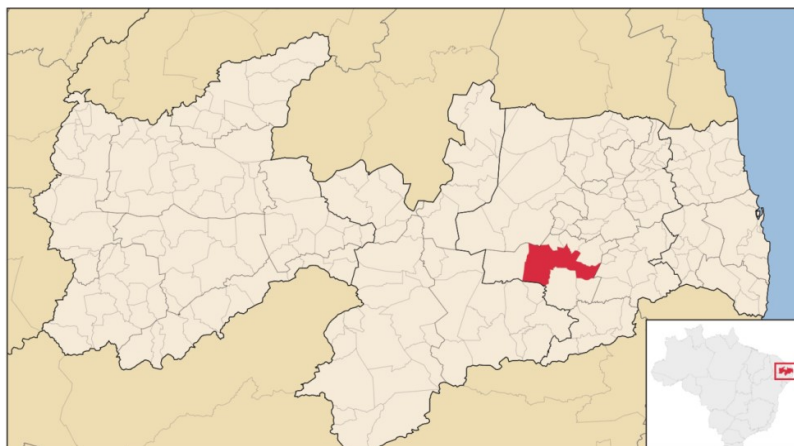


Figura 5 – Mapa do estado da Paraíba, mostrando em destaque a cidade de Campina Grande, localizada a mesorregião do Agreste Paraibano

Fonte: <https://acontecimentosdodiablog.files.wordpress.com>

Campina Grande<sup>1</sup> veio a experimentar acelerado crescimento econômico e demográfico a partir do início do século XX, condicionado pela ascensão da produção algodoeira e consolidada com a chegada da ferrovia em 1907, sendo este um marco muito forte para o surgimento das atividades como comércio, serviços e indústria.

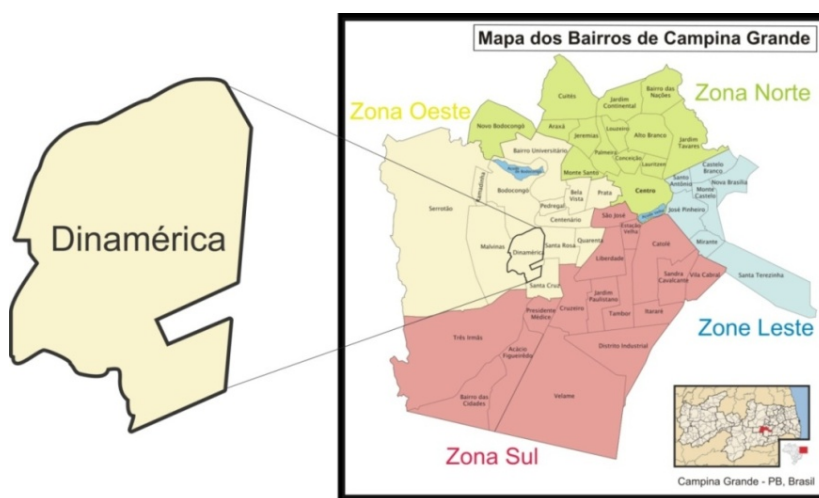
Campina Grande apresenta uma população total de 385.276 habitantes segundo dados do IBGE 2011, com uma concentração de aproximadamente 95% na zona urbana. Quando a qualidade de vida, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o índice da cidade é de 0,721. Em relação aos aspectos da saúde, de acordo com o mesmo levantamento de 2010, a cidade possui 130 estabelecimentos de saúde, e destes, 82 são vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Quanto à educação, o ensino básico, são ao todo mais de 19 mil matriculados no ensino médio e mais de 80 mil matrículas no ensino fundamental. Podemos destacar também a presença de várias unidades de ensino superior. (IBGE, 2011).

A cidade de Campina Grande exerce enorme influência nos cenários político e econômico sobre o planalto da Borborema, com área de abrangência superior a 60 municípios paraibanos. Somando toda a população na zona de influência de Campina Grande, chega ao montante de mais de um milhão de habitantes.

<sup>1</sup>Campina Grande situa-se 7° 13' 11" de latitude Sul e 35° 52'31" de latitude Oeste, com distância aproximada de 130 km da capital paraibana João Pessoa. Os principais acessos ocorrem através de rodovias federais, a exemplo da BR 104 que liga Campina Grande a Pernambuco e a BR 230, conhecida como Transamazônica, que se inicia em Cabedelo e vai até a região Norte do Brasil.

## 5.2 Implantação do Campus do IFPB

O Campus do IFPB começou a funcionar na cidade de Campina Grande no final do ano de 2006. Foi ofertado inicialmente o Curso Superior de Telemática. Atualmente, o campus oferece os curso tecnólogos em Construção de Edifícios e Licenciatura em Matemática, Física, Letras (EaD) e bacharelado em Engenharia da Computação. Além de alguns cursos técnicos como Mineração, Manutenção e Suporte em Informática, Petróleo e Gás e Informática. Atualmente, o campus localiza-se no Bairro Dinamérica, zona oeste de Campina Grande (Figura 6).



Fonte: wikimedia.org. Adaptação: MAGALHÃES JÚNIOR, José Emídio De Araújo. 2017.

## 5.3 Oferta de Cursos Técnicos e Superiores

O IFPB oferta, a nível técnico, cursos na modalidade subsequente ou integrada ao ensino médio nas mais diversas áreas, a exemplo do turismo, saúde, informática, construção civil e meio ambiente, dentro das prerrogativas exigidas pelo Conselho Nacional de Educação através da resolução CNE/CEB nº 4/99 e nº 1/2005.

O IFPB oferta cursos técnicos nas mais diversas áreas e seguimentos econômicos. Quadro 1 a seguir:

<b>CAMPUS</b>	<b>CURSOS TÉCNICOS</b>
<b>Cabedelo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio Ambiente</li> <li>• Recursos Pesqueiros</li> </ul>
<b>Campus Cabedelo-Centro/Mata Norte</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes Aquaviários</li> </ul>
<b>Cajazeiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Eletromecânica</li> <li>• Informática</li> </ul>
<b>Campina Grande</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mineração</li> <li>• Informática</li> <li>• Manutenção e Suporte de Informática</li> <li>• Petróleo e Gás</li> </ul>
<b>Guarabira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Informática</li> <li>• Contabilidade</li> </ul>
<b>João Pessoa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Eletrônica</li> <li>• Eletrotécnica</li> <li>• Equipamentos Biomédicos</li> <li>• Mecânica</li> <li>• Secretariado</li> <li>• Contabilidade</li> <li>• Instrumento Musical</li> <li>• Controle Ambiental</li> <li>• Eventos (PROEJA)</li> <li>• Segurança do Trabalho (EaD)</li> <li>• Secretaria Escolar (EaD)</li> </ul>
<b>Monteiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção e Suporte em Informática</li> <li>• Instrumento Musical</li> </ul>
<b>Patos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Eletrotécnica</li> <li>• Manutenção e Suporte de Informática</li> </ul>
<b>Picuí</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mineração</li> <li>• Edificações</li> <li>• Geologia</li> <li>• Informática</li> <li>• Manutenção e Suporte em Informática</li> </ul>
<b>Princesa Isabel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Controle Ambiental</li> <li>• Manutenção e Suporte em Informática</li> </ul>
<b>Sousa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agropecuária</li> <li>• Informática</li> <li>• Agroindústria</li> <li>• Meio Ambiente</li> </ul>

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB 2015-2019

No quadro 2, detalha a distribuição dos cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados.

<b>Campus</b>	<b>Cursos</b>
<b>Cabedelo</b>	CST: Design Gráfico
<b>Cajazeiras</b>	CST: Automação Industrial Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciaturas: Matemática Bacharelados: Engenharia Civil
<b>Campina Grande</b>	CST: Telemática Construção de Edifícios Licenciaturas: Matemática Física Letras (EaD) Bacharelados: Engenharia de Computação
<b>Guarabira</b>	CST: Gestão Comercial
<b>João Pessoa</b>	CST: Redes de computadores Sistemas de Telecomunicações Construção de Edifícios Design de Interiores Geoprocessamento Sistemas para Internet Automação Industrial Negócios Imobiliários Gestão Ambiental Licenciaturas: Química Letras (EaD) Bacharelados: Administração Administração Pública (EaD) Engenharia Elétrica
<b>Monteiro</b>	CST: Construção de Edifícios Análise e Desenvolvimento de Sistemas
<b>Patos</b>	CST: Segurança do Trabalho
<b>Picuí</b>	CST: Agroecologia Licenciaturas: Letras (EaD)
<b>Princesa Isabel</b>	CST: Gestão Ambiental
<b>Sousa</b>	CST: Agroecologia Alimentos Bacharelados: Medicina Veterinária Licenciaturas: Educação Física Química Letras (EAD)

Quadro 2 – Atuais cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados do IFPB. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB 2015-2019

Assim como ocorre na oferta dos cursos técnicos, os cursos superiores em tecnologia, bacharelados e as licenciaturas, foram criados para atender a uma demanda de acordo com a localização de cada município, buscando formar profissionais capacitados para desenvolver os municípios de abrangência de cada campus, promovendo o desenvolvimento econômico e o bem estar social.

#### 5.4 Estrutura do Campus

O campus do IFPB em Campina Grande está localizado no bairro Dinâmica a Rua Tranquilino Coelho Lemos, 671. A área do Campus é bastante ampla e com terrenos vazios, principalmente na parte de trás. A área do terreno mede 76.245 m<sup>2</sup>.

Quadro 3 – Estrutura física do Campus IFPB - Campina Grande

<b>TIPO DE ÁREA</b>	<b>QT</b>	<b>ÁREA(m<sup>2</sup>)</b>
Salas de aula	32	3.200
Auditórios/Anfiteatros	01	240
Salas de Professores	01	60
Áreas de Apoio Acadêmico	02	108
Áreas Administrativas	07	216
Conveniência /Praças	01	240
Banheiros (W.C.)	08	192
Conjunto Poliesportivo	02	7.500
Laboratórios	38	1.800
Biblioteca	01	1.262
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>12704</b>

Fonte: PPC do Curso de Telemática disponível no site do IFPB

Na imagem abaixo, podemos perceber a dimensão do campus no contexto do bairro, bem como sua localização para o principal e único acesso, que é a Avenida Marechal Floriano Peixoto. (Figura 7)





Fonte: Google Earth, dezembro de 2017.

### 5.5 As transformações socioespaciais no bairro Dinamérica a partir da instalação do campus IFPB

A instalação de qualquer instituição de ensino de grande porte gera impactos no espaço onde se encontram. As transformações são as mais diversas possíveis, seja de natureza social, cultural ou econômica. Dentro da política de expansão dos institutos federais, Campina Grande foi contemplada com a implantação do campus do IFPB. Tal fato gerou, inicialmente, valorização do espaço geográfico no entorno, que não passava de um bairro descampado, com poucas casas e deficiente infraestrutura. Na figura 7, observa-se a parte da entrada do Campus, na Rua Tranquilino Coelho Lemos.





Fonte: O próprio autor, dezembro de 2017.

A partir da implantação do Campus, ocorreu uma especulação imobiliária notória nas ruas ao redor, não sendo esta uma particularidade do bairro, mas fruto de algo que vem acontecendo no Brasil, a bolha imobiliária e, no caso específico em questão, o bairro pobre de infraestrutura, com poucas casas e muitos terrenos, passou a sofrer com a expansão de casas para financiamento e, hoje, está com uma quantidade significativa de moradias, em especial nas ruas frontais a entrada do Campus.

Para uma melhor compreensão das modificações que ocorreram no bairro Dinamérica com a chegada do IFPB, foi realizada uma entrevista semiestruturada com pessoas que estão envolvidas diretamente com o campus. As seguintes perguntas foram realizadas:

Questão 1 - *Em sua opinião, a implantação do Campus do IFPB em Campina Grande trouxe que tipo de transformações para o bairro Dinamérica?*

Questão 2 - *A partir de depoimentos, você considera que o bairro Dinamérica apresenta estrutura suficiente para o funcionamento do Campus do IFPB? Quais elementos faltam para o seu melhor desenvolvimento?*

Questão 3 - *Qual aspecto mais significativo surgiu no bairro Dinamérica com a implantação do Campus do IFPB?*

As Perguntas foram feitas a dois estudantes e um professor do campus.

Em se tratando da questão 1, o professor C. S. P., professor do curso de Licenciatura em Matemática, residente na cidade, respondeu da seguinte maneira.

*Em termos educacionais não há o que se discutir porque a implantação do campus é um salto de qualidade na oferta de ensino médio público que Campina nunca teve. Além da abertura e da possibilidade de cursos superiores em várias áreas como nós temos e que só tem crescido. Os indicadores têm mostrado esse crescimento. No aspecto do bairro, onde o IF está instalado, pois ele não começou aqui. Ele [IF], já funcionava em um prédio alugado enquanto era construída a primeira parte desse campus. Ele [IF], praticamente renovou essa área aqui. O que se tinha antes eram poucas casas ao redor, mas com a chegada do IF, potencializou tudo isso ao redor que se vê por aqui, tanto do que já foi construído como o que ainda se constrói. Ainda tendo muito a melhorar, até a questão da segurança da região aqui. Ela [região] fica movimentada, mesmo sabendo que a situação é difícil, diminuiu a sensação de insegurança... (C. S. P., 2017)*

É perceptível na fala do entrevistado, o quanto foi positiva a implantação do campus, ocorrendo à valorização do espaço geográfico do bairro, aquecendo a indústria da construção civil, reduzindo a sensação de insegurança devido a uma maior movimentação de veículos, de pessoas. E quanto à questão da educação, o salto de qualidade que o IF trouxe ao bairro e ao município, é algo consolidado e reconhecido pelos bons resultados obtidos pelos alunos do IF em exames nacionais, por exemplo.

Já o aluno J. S. M., do Curso e Suporte em Informática, afirma o seguinte em relação a questão 1:

*Não conheço há muito tempo o bairro Dinamérica para passar uma evolução espacial mais precisa, mas, ao menos, neste último ano que vou diariamente ao IFPB, percebo que vem ocorrendo algumas melhorias em relação a infraestrutura urbana, em relação ao conserto de ruas, porém, alguns pontos ainda ficam a desejar, principalmente na saída do IFPB, que muitas vezes também facilita os assaltos na área. (J. S. M., 2017)*

Nas palavras de J. S. M. fica claro a questão da falta de infraestrutura em relação às ruas do bairro, pois o mesmo ainda possui algumas ruas de terra, sem pavimentação, o que dificulta o fluxo de ônibus escolares e ônibus coletivos urbanos. Essa dificuldade também ocorre para os estudantes, servidores e todos que precisam ir ao campus, seja a pé ou em seus veículos. Segundo o Ministério das Cidades (2006, p. 47):

As questões relativas à mobilidade assumem hoje grandes proporções nas áreas urbanas. A realização das atividades diárias mais simples, como o acesso ao trabalho, educação, recreação, compras e aos serviços tem sido dificultada por problemas crescentes associados às condições de deslocamento e, por conseguinte, tem consumido uma proporção significativa de recursos financeiros, humanos e naturais, com forte impacto no meio ambiente, entre os quais, aqueles relativos à poluição do ar e à degradação do patrimônio urbano. Deste modo, além de responsável por prejuízos econômicos e ambientais, a deficiência das condições que garantem a mobilidade traz também reflexos diretos ao convívio social e à interatividade nas cidades.

É possível perceber que nas palavras do autor, mobilidade urbana é fator preponderante para o desenvolvimento do bairro, da cidade, é algo fundamental na manutenção da qualidade de vida das pessoas e, neste caso, para a melhoria tanto dos moradores quanto aqueles que trabalham ou estudam no campus do IFPB. As ruas de terra do bairro, mal iluminadas, que dificultam a passagem dos carros e pedestres, causa desconforto, medo, principalmente para aqueles que frequentam o ambiente no turno da noite.

Já a estudante S. C. C., do curso de Licenciatura em Matemática, respondeu a questão 1 da seguinte maneira:

*A implantação do IF, ajudou o Dinamérica a se modernizar mais rapidamente, trouxe alguns comércios para cá, tornando o bairro mais movimentado. O campus ajudou alguns pequenos negócios como do “Seu Batata” e “Seu Juquinha”. Houve também a valorização imobiliária aqui do bairro. Antes do IFPB ser implantado, terreno não tinha muito valor. Depois disso, o bairro ficou bem mais valorizado. (S. C. C., 2017)*

As palavras da estudante, segue um certo padrão em relação aos outros entrevistados e as pessoas que moram no bairro ou que estudam no campus. Há um grande consenso em relação à valorização imobiliária do bairro, algo comum na cidade de Campina Grande, potencializado pelas melhorias da infraestrutura que vem ocorrendo.

Na questão 2, o Professor C. S. P. respondeu:

*O local onde o IF está, oferece todas as condições para termos um campus grande, que pode oferecer um bom serviço a comunidade, onde os profissionais também podem se desenvolver aqui, o espaço é bom. Não é o melhor local da cidade, como por exemplo, um terreno as margens da Avenida Floriano Peixoto, mas ele [IF] está bem localizado e o que falta é envolvimento, partindo as vezes até do próprio IF para se mostrar a cidade. Ainda há muita gente na cidade que não sabe que existe o IFPB. Nós estamos aqui há onze anos e já há sete anos instalados aqui neste prédio. [Esse marketing sobre o IF] é necessário para algumas reivindicações serem atendidas. É o caso do local onde localiza-se o IF ser isolado em relação a oferta de transporte público. Este é um fato terrível, existe apenas uma linha de ônibus em um sentido apenas. Este fato dificulta bastante. Nós temos alunos que tem que descer a rua até a Avenida Floriano Peixoto, sujeitando-se a assaltos, como já ocorreu algumas vezes. Se as transformações físicas não fossem apenas aqui no entorno do IF, se ocorrem também a conclusão do canal de Bodocongó, teria uma aberta melhor para o fluxo de transporte público, talvez até mais linhas [de ônibus] disponíveis. Transporte público e acesso são dois fatores imprescindíveis para o desenvolvimento do IF. Eu acredito se ocorresse essa melhora no acesso, tudo que o IF já ganhou em 10 anos, ganharíamos em 3 anos. (C. S. P., 2017)*

A partir das palavras citadas pelo professor, o isolamento que ocorre com o IF, além da falta de publicidade acerca da própria escola e de sua localização, dificulta a transformação necessária por parte do poder público em relação à infraestrutura. O poder

público, neste caso, a prefeitura, não demanda investimentos, pois não há cobranças, reivindicações que possam possibilitar a melhoria das ruas no entorno do campus. Caso fosse concluída a obra de pavimentação do canal de Bodocongó na parte que se localiza no bairro Dinamérica, ocorreria uma abertura para passagens de ônibus, em especial os coletivos das linhas que passam a Floriano Peixoto, sendo possível a entrada de ônibus que trafegam nos dois sentidos da avenida e não apenas em um sentido, como ocorre atualmente. A queixa do professor entrevistado pode ser percebida nas figuras 8 e 9 a seguir.

Na imagem aérea, captada a partir do Google Earth, é perceptível a existência de várias ruas sem pavimentação, que dificultam a entrada de linhas de ônibus, precarizando o transporte público na área do campus.



Figura 8 – Canal de Bodocongó sem pavimentação – Área em destaque.

Fonte: Google Earth, dezembro de 2017

Na figura 9, consegue se ter uma real dimensão do problema dessa falta de infraestrutura em uma rua vital para o fluxo de transporte, pois a mesma liga o bairro Dinamérica ao contorno da Avenida Marechal Floriano Peixoto, que leva a outros pontos da cidade, e por onde passam inúmeras linhas de transporte público coletivo.

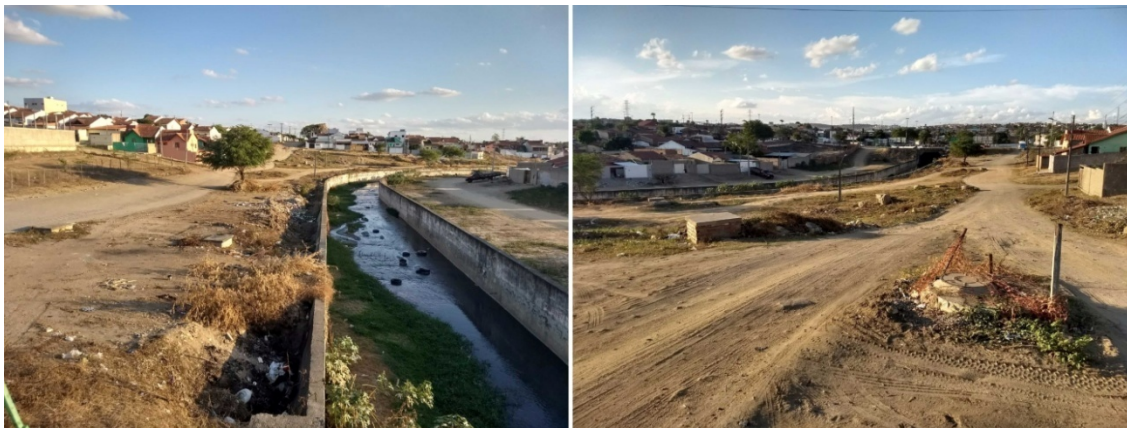


Figura 9 – Rua de acesso ao IFPB a partir do Contorno da Avenida Mar. Floriano Peixoto  
Fonte: O próprio autor, dezembro de 2017.

Ao observar a figura, percebe-se o descaso do poder público com um espaço tão importante para o funcionamento da instituição IFPB, algo que poderia ser resolvido de maneira até breve pelo poder público. Este, talvez seja um dos principais motivadores da violência, como assaltos na área, que obriga os estudantes que não possuem transporte, se deslocar até a Avenida Floriano Peixoto para ter acesso a uma linha de ônibus.

A fala de J. S. M., em referência a questão 2, destaca-se:

*O Dinamérica ainda não apresenta estrutura suficiente para o pleno funcionamento do campus do IF de Campina Grande, principalmente porque boa parte dos estudantes do campus vem de fora, e usam os ônibus escolares de suas cidades, e a circulação desse tipo de veículo não é fácil. Essa dificuldade ocorre principalmente na hora de dar a volta, depois que passam pela entrada do campus, causando certo caos tanto para o fluxo de ônibus e também para os carros particulares. Uma solução seria a pavimentação da rua que dá acesso a rotatória da Avenida [Floriano Peixoto], junto ao canal de Bodocongó, que é uma rua de terra, com muitos buracos e insegura. Se for pela rua de paralelepípedos [Rua Tranquilino Coelho Lemos, rua do campus], você terá que fazer um retorno enorme, no contorno em que cruzam as Avenidas Dinamérica e Floriano Peixoto, esse é um problema. (J. S. M., 2017)*

Corroborando com as palavras do professor C. S. P., o aluno J. S. M. também destacou em sua entrevista a questão do difícil acesso ao campus por parte dos ônibus escolares e também os coletivos urbanos. E sobre a questão da infraestrutura, chegou a uma conclusão semelhante ao professor. Há um consenso quando se trata da dificuldade de transportes naquele bairro.



A estudante S. C. C., respondeu a questão 2 da seguinte forma:

*Falta certa estrutura ainda na questão de segurança nas redondezas e até mesmo dentro do IFPB. Por ser um órgão Federal, deixa a desejar neste aspecto. Percebo também que, apesar da qualidade, ainda há muito que melhorar em relação ao ensino. (S. C. C., 2017)*

No latente a questão da segurança, existe por parte dos entrevistados, pensamento até semelhantes, pois, o que se propaga é que na área, ocorrem alguns assaltos, inclusive com alunos, como o relato do professor citado nesta entrevista.

Na questão três, destaca-se a seguinte resposta do professor:

*Ocorre a valorização econômica do bairro, mas isso é fruto de especulação imobiliária. É muito complicado falar nisso. Eu destaco a valorização social do bairro. O que era um loteamento afastado, muitas vezes visto com certo preconceito, agora tornou-se um local onde está instalado um órgão federal, de reconhecida qualidade, que trás referência para o bairro, ao ponto de, ao lado do campus do IF, está sendo construída uma escola técnica do estado. Acredito que a valorização social é muito maior que a econômica. (C. S. P., 2017)*

Interpretando as palavras do professor no que concerne a questão três, observa-se que o IF enquanto instituição é uma reconhecida referência, um órgão federal que oferece serviços de qualidade, o que possibilitou uma melhora ao redor do campus, não adequada, mas já houve progressos e um fato de destaque é a construção da ECI (Escola Cidadã Integral), sob controle do governo do estado da Paraíba, que vai oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio a partir do ano de 2018.

Quanto ao aluno J. S. M., na resposta da questão 3, ele conclui:

*Creio que a mudança mais significativa foi o maior fluxo de pessoas que estão diariamente visitando aquele bairro [Dinamérica]. Com aquela enorme quantidade de alunos circulando no bairro, acaba até melhorando a oferta do setor de serviços, como os alimentícios. Você observa um restaurante aqui, outro ali. Percebe-se que o bairro é domiciliar, não é comercial e a mudança nesse aspecto é visível. Destaco também o avanço em relação ao calçamento de várias ruas, não é ideal ainda, mas melhorou muito. (J. S. M., 2017)*

As palavras do aluno J. S. M., remete a pensamentos semelhantes em relação a fala dos outros entrevistados. De fato, há um aumento na demanda do setor de serviços, dos pequenos comércios voltados ao atendimento dos alunos, na venda de alimentos, papelaria entre outros. Corroborando com os demais entrevistados, o aluno consegue perceber essa mudança para melhor na infraestrutura das ruas do bairro, mesmo ressaltando os problemas.

Por fim, a estudante S. C. C., afirma o seguinte na resposta 3:

*Eu acho que o que mais mudou no bairro foi a melhora na infraestrutura. Tem muita coisa para se fazer ainda, mas a chegada do IFPB, fez com que o bairro ficasse menos esquisito, mais movimentado. Houve um aquecimento*

*do comércio. A chegada do IFPB foi muito positivo para o bairro. Antes eu tinha medo de vir para cá, hoje, mesmo com receio, o bairro é mais atrativo. (S. C. C., 2017)*

Concordando com os demais entrevistados, a estudante a importância da chegada do IFPB no bairro e seus aspectos positivos, como a questão do comércio, melhora significativa na infraestrutura, mesmo com as devidas ressalvas, o que é um avanço para aquela comunidade, tanto na oferta de ensino, como na melhoria dos outros aspectos relacionados à urbanização.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, é possível perceber que a instalação do campus do IFPB, dinamizou o bairro Dinamérica na oferta de ensino médio, técnico e superior numa instituição de reconhecida qualidade. A expansão dos campi de Institutos Federais pelo Brasil inteiro, tornou possível a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura, do fluxo de comércio como restaurantes, lanchonetes, mercados, etc., tornando os ambientes sob influência dos campi, locais mais dinâmicos.

O ideal para que o IFPB fosse instalado no bairro em estudo, seria necessário primeiramente um planejamento prévio no bairro para recebê-lo, mas não aconteceu como deveria. A oferta de inúmeros cursos nesta unidade de ensino é um fator importante para a consolidação da zona de influência do IFPB. Todos os dias, milhares de jovens, muitos deles de municípios vizinhos, buscam a profissionalização ofertada no campus, a fim de conseguir alcançar seus “sonhos” no contexto da competitiva sociedade capitalista.

Uma excelente contrapartida da instalação do campus é a valorização do espaço urbano do bairro em decorrência da melhoria da infraestrutura, no dinamismo dos pequenos comércios. Constata-se ainda, a partir da pesquisa *in loco* que a implantação do IFPB foi o motivador principal das transformações sócioespaciais no presente bairro.

## 7. REFERÊNCIAS

BACELAR, T. A. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: editora Revan, 2000.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: Acessado em 05/12/2017.

BRASIL; República dos Estados Unidos do; **Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br). Acessado em 11 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acessado em 08/12/2017.

BRASIL. **Lei n. 6.545, de 4 de julho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União, 4 jul. 1978.

BRASIL, 2005 MEC. **Resolução CNE/CEB nº 1/2005:** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf)>. Acessado em: 15/12/2017.

BRASIL, 2008 MEC. **Resolução CEB/CNE nº04/99:** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao04_99.pdf)>. Acessado em: 15/12/2017.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acessado em 20/11/2017

DINIZ, C.C. e CROCO, M (ORG) **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

**EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf) Acessado em 14/12/2017

**HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO IFPB.** Disponível em: <https://editor.ifpb.edu.br/institucional/historico>

IBGE (2011). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>Acessado em 15/12/2017

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997

MACIEL, C. M. **O lugar da escola técnica frente às aspirações do Mercado de trabalho.2005. 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia).** Instituto



de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MAPA DOS BAIRROS DE CAMPINA GRANDE. Disponível em:  
[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2e/Bairros\\_de\\_Campina\\_Grande.svg/1200px-Bairros\\_de\\_Campina\\_Grande.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2e/Bairros_de_Campina_Grande.svg/1200px-Bairros_de_Campina_Grande.svg.png)  
Acessado em 14/12/2017

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete educação propedêutica. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em: 19 de nov. 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2006a). Curso Gestão Integrada da Mobilidade Urbana. Módulo II: Cidade, Cidadão e Mobilidade Urbana Sustentável. Ministério das Cidades, Programa Nacional de Capacitação das Cidades, Brasília, Março, 2006.

PARECER CNE/CEB Nº 16 de 21 de janeiro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999.  
KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio**: contruindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez,2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2015 - 2019  
<http://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos-praf/area6/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2015-2019.pdf>  
Acessado em 16/12/2017

PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TELEMÁTICA DO IFPB CAMPUS CAMPINA GRANDE. Disponível em:  
[https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/27/documentos/PPC\\_Telematica\\_2017.pdf](https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/27/documentos/PPC_Telematica_2017.pdf)  
Acessado em 15/12/2017

TERRITÓRIOS E CIDADANIA (2008). Disponível em:  
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>  
Acessado em 15/12/2017